



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

Ofício nº 0299/2025 - GSEGIRAO

Brasília, 4 de dezembro de 2025

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos do Regimento do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional, que na Sessão do Congresso convocada para o dia 04/12/2025, seja registrado o meu voto contrário ao PLN 02/2025.

Solicito ainda que este meu voto seja declarado pelo Senhor Presidente da sessão quando da proclamação do resultado da votação.

Voto contra o substitutivo apresentado ao PLN 2/2025 porque, apesar de alguns ajustes pontuais em transparência, o texto final impõe um duro golpe à responsabilidade fiscal, ao equilíbrio entre os entes federativos e à seriedade no uso do dinheiro público. É mais do mesmo que o cidadão brasileiro não aguenta mais: privilégio para poucos, afrouxamento onde deveria haver rigor, e a velha conta salgada empurrada para quem paga imposto e recebe pouco em troca.

O texto protege o fundo eleitoral como se fosse uma despesa sagrada, inatingível e intocável, enquanto o país enfrenta falta de recursos para serviços básicos. É inaceitável que se garanta bilhões para financiar campanhas políticas, enquanto famílias aguardam por uma vaga em creche, atendimento médico ou moradia. Orçamento público não pode ser instrumento para manter máquina partidária, muito menos campanhas eleitorais milionárias com dinheiro do povo.

Também rejeitamos o salvo conduto dado a municípios inadimplentes para continuar recebendo recursos federais sem prestação de contas. Isso não é

descentralização, é irresponsabilidade institucionalizada. O resultado é o que já conhecemos, obra parada, convênio mal executado e ninguém punido.

A tentativa de ressuscitar verbas empenhadas anos atrás, muitas delas sem transparência e sem execução, também vai contra os princípios básicos da boa gestão. Quando o governo insiste em manter vivo dinheiro antigo que não virou serviço para a população, ele está dizendo: não importa se funcionou ou não, vamos continuar como se nada tivesse acontecido.

Além disso, liberar o uso de verbas sem exigir sequer um projeto de engenharia ou licença ambiental é uma afronta à boa prática. É dar caneta a quem não sabe onde vai riscar. E quem sofre, mais uma vez, é o cidadão, que escuta promessas de escola e vê só terreno baldio.

Diante de tudo isso, nosso voto é contrário. Porque acreditamos em um Estado enxuto, transparente e voltado para as reais necessidades do povo. Porque defendemos que o orçamento seja para quem precisa e não para financiar campanhas nem para salvar obras fantasmas.

Atenciosamente,

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)